



*Precioso Marfim*: O comércio das presas de marfim de elefantes entre Angola, Brasil e Portugal (1715- 1834)<sup>1</sup>

**ROGÉRIA CRISTINA ALVES \***

## **1. INTRODUÇÃO:**

A proposta deste trabalho, intitulado de “*Precioso Marfim*: O comércio das presas de marfim de elefantes entre Angola, Brasil e Portugal (1715-1834)” é estudar o comércio deste material, tendo por elo a conexão entre estas três regiões atlânticas e a constante circulação de pessoas, objetos, hábitos e culturas. Integrada a uma proposta mais ampla de estudos sobre a circulação do marfim de elefantes, de origem africana, esta pesquisa integra o projeto internacional “*African Ivories in the Atlantic World: A Reassessment of Luso-African Ivories*” – uma iniciativa que reúne pesquisadores de diferentes países. Dirigido pelo Prof. Dr. Peter Mark (Wesleyan University) e coordenado pelos Profs. Drs. José da Silva Horta (Universidade de Lisboa) e Vanicléia Silva Santos (Universidade Federal de Minas Gerais), tal projeto pretende inventariar referências aos marfins de origem africana em diversos acervos documentais, especialmente do Brasil e de Portugal, tais como textos, fontes visuais, etc. No âmbito da Universidade Federal de Minas Gerais, o projeto é chamado de “*A produção, circulação e utilização de marfins africanos no espaço atlântico entre os séculos XV e XIX*” e é composto por docentes e discentes dos Departamentos de História (FAFICH), de Artes Plásticas da Escola de Belas Artes (EBA) e do Departamento de Museologia, da Escola de Ciências da Informação (ECI).

O ponto de partida para essa investigação concentra-se sobre o trânsito comercial e humano estabelecido através do oceano Atlântico, ao longo do século XVIII. O chamado processo de abertura do Atlântico, a partir do século XV gerou um espaço de interações comerciais e culturais sem precedentes, chamada por alguns de “Mundo Atlântico”, caracterizado pela heterogeneidade e por interações multiculturais, nas quais europeus, africanos e americanos participaram ativamente (THOMPSON, 2012, p. 81). Nesse sentido, o

---

<sup>1</sup> Este trabalho é financiado pelos Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, em Portugal, no âmbito do projeto *Marfins Africanos no Mundo Atlântico: uma reavaliação dos marfins luso-africanos*, PTDC/EPHPAT/1810/2014.

\*Universidade Federal de Minas Gerais. Doutoranda em História Social da Cultura, pelo Departamento de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. Analista Educacional na Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. E-mail: rogeriaufmg@gmail.com

principal comércio exercido no Atlântico ao longo dos séculos XVII e XVIII, fora o de escravizados de origem africana. Oriundos de distintas partes do continente africano e capturados de diferentes formas, os escravizados eram embarcados nos portos litorâneos africanos, especialmente com destino ao Novo Mundo. É indubitável que esse comércio seja o mais pesquisado e estudado, o que é completamente justificável: trata-se de uma das maiores diáspora da história, na qual ressoam histórias de crueldade, resignificação de identidades, construção de estratégias de resistência e sobrevivência. Contudo, é preciso olhar para essa “fatia” da história e ir além, extrapolando a constatação de Nathaniel Millet, de que a África e sua história ainda estão integradas ao mundo atlântico somente pelo viés da escravidão (MILLET, 2011, p. 21-34). Nesse sentido:

A história da África Atlântica deve ser capaz de exaltar a participação dos africanos para além de mercadoria essencial, procurando as contribuições desses homens e mulheres para a construção desse mundo integrado pelo oceano. Para isso é importante que a história da África Atlântica privilegie os aspectos culturais das sociedades envolvidas neste espaço. É fundamental que consigamos operar para além do fenômeno econômico e resgatar o lado humano dessas histórias (THOMPSON, 2012, p. 89).

Juntamente com o comércio de escravizados, a circulação de pessoas, animais e uma infinidade de mercadorias e materiais mundo afora, passou a existir – haja vista a variabilidade de mercadorias encontradas nas lojas e casas do interior do Brasil, ainda no começo do século XVIII. Essa movimentação material também proporcionou um trânsito cultural que extrapolou a materialidade e carregou consigo ideias e técnicas que possibilitaram a criação de um panorama cultural peculiar – fruto desse trânsito intercontinental. Nesse panorama, considerado por alguns estudiosos como um processo de mundialização e globalização precoce, o chamado Mundo Atlântico ganhou evidência. A presença do marfim enquanto um material que circulou neste mesmo circuito, por vezes, associado ao comércio de escravizados, ainda não fora um objeto de estudo aprofundado - com raras exceções de pesquisas que destacam a presença de objetos em marfim na Europa.

Alencastro defende a tese de que foi no espaço mais amplo do Atlântico Sul, que a história da América Portuguesa e a gênese do Império do Brasil tomaram toda a sua dimensão. O autor afirmar que a formação histórica brasileira se dera mais a partir de condicionantes atlânticos e africanos que de vínculos europeus (ALENCASTRO, 2000, p. 21). Nesse sentido, como bem pontuou Roquinaldo Ferreira, não se pode desconsiderar ou

relegar a um segundo plano, o papel dos agentes humanos nessa contínua circulação: as relações transatlânticas sociais, econômicas e culturais estavam no cerne das complexas relações entre Angola e Brasil, por exemplo (FERREIRA, 2013). E como bem pontuado por Akinwumi Ogundiran, é preciso se ampliar a abordagem econômica recorrente sobre o trânsito comercial estabelecido no oceano Atlântico. Ogundiran considera os objetos envolvidos nesse deslocamento, como capital cultural e político, capazes de alterar as realidades físicas e cognitivas das pessoas, sendo provocadores de transformações culturais (OGUNDIRAN, 2002, p. 427). O estudo sobre o comércio Atlântico de marfins nessa proposta é empreendido através da circulação desse material, seus usos e valores, num Novo Mundo, integrado pelo oceano atlântico e permeado pelos aspectos culturais das sociedades envolvidas neste espaço (THOMPSON, 2012, p. 89).

## 2. REVISÃO HISTORIOGRÁFICA

Uma lista com o fluxo de mercadorias que circularam no chamado “Império Português” – entre os oceanos Atlântico, Pacífico e Índico, foi elaborada por Russel-Wood. O autor identificou 37 rotas de circulação de mercadorias e produtos, e em 9 delas, o marfim estava presente – conforme exposto no *Quadro 1*. Transitava nas mais diferentes direções, não há dúvidas de que esta fora uma mercadoria valiosa e apreciada naquele comércio pulsante. Nesse contexto, para se compreender a dinâmica sobre a circulação do marfim, é preciso destacar aspectos importantes sobre o consumo e circulação desse material pela metrópole portuguesa, desde o século XV.

O marfim é um material orgânico, de aparência branca, muito resistente, utilizado na confecção de diversos objetos que variam entre aqueles de uso pessoal, religioso, doméstico e decorativo. É obtido a partir da extração das presas dos elefantes, dos hipopótamos, das morsas, do narval<sup>3</sup>, do javali africano, do cachalote<sup>4</sup>, dos extintos mamutes e dos mastodontes

---

<sup>3</sup> O Narval (*Monodon monóceros*) é um mamífero cetáceo (parente das baleias), que vive nas águas frias do Ártico. Essa espécie possuiu um dente incisivo de marfim, em forma espiral, que pode medir até 3 metros. Esse dente lhes serve como instrumento de luta durante os combates rituais que realizam os machos para estabelecer a ordem hierárquica pela posse das fêmeas, do mesmo modo como os cervos utilizam os seus cornos. Informações disponíveis em: <http://planetasustentavel.abril.com.br/planetinha/fique-ligado/baleia-unicornio-narval-artico-daniel-botelho-745668.shtml> e [http://www.brasil247.com/pt/247/revista\\_oasis/68601/Narval---A-espetacular-migra%C3%A7%C3%A3o-do-unic%C3%B3nio-do-%C3%81rtico.htm](http://www.brasil247.com/pt/247/revista_oasis/68601/Narval---A-espetacular-migra%C3%A7%C3%A3o-do-unic%C3%B3nio-do-%C3%81rtico.htm). Acesso em 26/01/2016.

siberianos (nessas duas últimas espécies, o marfim é utilizado em sua forma fossilizada). Nos elefantes, as presas de marfim são o par de dentes incisivos superiores, sendo esse marfim o mais utilizado e também o mais apreciado.

A circulação de marfim de elefantes, de origem africana, em Portugal, segundo Luis Afonso e José Horta datam da segunda metade do século XV e acompanham o processo de exploração da Costa Ocidental Africana. Decerto que entre meados do século XV até meados do século XVI, havia uma demanda portuguesa, em África, por colheres, saleiros e olifantes feitos de marfim (AFONSO & HORTA, 2013).

**Quadro1:** Fluxo de Mercadorias no Mundo Português

ORIGEM - DESTINO	PRODUTOS
Portugal – Europa Ocidental	Pau-Brasil, tinturas, especiarias, <u>marfim</u> , pimenta, açúcar, vinhos, sedas, sal, panos, tabaco, madeiras preciosas.
Portugal – Itália	Pau-Brasil, tinturas, especiarias, <u>marfim</u> .
África Oriental - Portugal	Ébano, ouro, <u>marfim</u> , coral.
África Ocidental - Brasil	Escravos, <u>marfim</u> .
África Ocidental - Portugal	Escravos, <u>marfim</u> , ouro, pimenta, almíscar.
África Oriental - Goa	Escravos, ouro, <u>marfim</u> .
Goa - Portugal	Especiarias, sedas, algodões, porcelanas, madeiras aromáticas, cheta, <u>marfim</u> , pedras preciosas, perfumes, laca, plantas medicinais.
Goa/Conhim - Malaca	Linhos indianos, confecções em algodão, bens europeus, especiarias, pimenta, <u>marfim</u> , lentes, relógios.
Malaca - Macau	Especiarias, pimenta, madeiras, curtumes, bens europeus, panos indianos, <u>marfim</u> , lentes, relógios.

Fonte: RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Um mundo em movimento*. Difel. Porto, 2006. P.430.

Existem relatos de viajantes que identificaram e registraram o contato com objetos de marfim e presas de elefantes ao longo da Costa Atlântica, nomeadamente em Serra Leoa,

<sup>4</sup> Os cachalotes (*Physeter macrocephalus*) são mamíferos cetáceos com dentes, facilmente reconhecido pela sua enorme cabeça quadrada e maxilar inferior estreito. Informações disponíveis em: <http://escola.britannica.com.br/article/574445/cachalote>. Acesso em 01/02/2016, às 23h: 45min.

Reino do Benin e Reino do Congo. Recentemente Luís Urbano Afonso e Carlos Almeida argumentaram que a Costa do Ouro (atual Gana) também foi uma importante zona de produção de marfim (AFONSO & ALMEIDA, 2017, p. 20).

O cronista português Rui de Pina relatou que entre os presentes levados pelos embaixadores congolezes ao rei português D. João II, em 1489, destacavam-se dentes de marfim e diversos objetos esculpidos no mesmo. Em descrição da Costa Ocidental Africana, Valentim Fernandes ressaltava o talento e habilidade dos artesãos de Serra Leoa: “[...] fazem coisas sotijs de marfim, como colheres/saleyros e manilhas, os homens desta terra som muy sotijs negros de arte manual a saber de saleyros de marffim e colhares. E assi qualquer obra que lhe debuxam os cortam em marfim [SIC].” (FERNANDES, 1997, p. 111). Para a região de Angola, entretanto, há registros afirmando que os trabalhos em marfim não eram o ponto forte da população nativa: “[...] raríssimos são os cabindas que sabem fazer alguma coisa neste gênero, mas ainda há alguns; a indústria está mais desenvolvida na mesma família de pretos, mas um pouco mais ao norte, Loango e Ponta Negra [...]” (SILVA, 1904, P. 395).

No século XVI, as informações sobre o Reino de Angola davam conta da existência de marfim em abundância na região: “[...] Temos indícios que pelo sertão há ouro e cobre muito fino e muito marfim. — A terra é muito fértil de mantimentos.” (MONUMENTA MISSIONÁRIA AFRICANA, 1960, p.139). Nesse sentido é importante lembrar que a abertura do comércio entre Brasil e a costa angolana data de meados do século XVI. A participação angolana nesse comércio atlântico não estava restrita ao fornecimento de mão de obra, mas englobava produtos como cera, marfim e azeite (RIBEIRO, 2014, p. 1-5).

Lisboa, capital lusitana, recebia uma variedade de objetos esculpidos em marfim tais como saleiros, píxedes, olifantes, colheres lavradas, cabos de facas e de espadas. Esses objetos, quando de origem africana, são chamados pela historiografia portuguesa de marfins afro-portugueses ou “*luso-african*” - em língua inglesa. Considerados os primeiros espécimes conhecidos de escultura africana a terem sido introduzidos na Europa, muitas dessas peças estão presentes em coleções de arte de museus do mundo inteiro<sup>5</sup> – e são consideradas

---

<sup>5</sup> Peças em marfim, de origem africana ou indiana, estão abrigadas em vários museus do mundo e chamam a atenção pela riqueza de detalhes e habilidade de seus produtores. Há exemplares de olifantes de marfim, por exemplo, no Museu Hermitage, em São Petesburgo (Rússia); no Musée National de la Renaissance, em Écouen, na França. No Brasil, destaca-se coleção de peças em marfim presente no Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro (RJ); no Museu Carlos Costa Pinto, em Salvador (BA) e também no Museu da Inconfidência, em Ouro Preto (MG).



representantes artísticas de um estilo híbrido que desperta a atenção de estudiosos contemporâneos (WONDJI, 2011, p. 455).

O termo “*afro-portuguese ivory*” foi cunhado por William Fagg, em 1959. Fagg era o curador da coleção de arte africana do Museu Britânico e foi o primeiro pesquisador a dividir os centros de produção das peças em três localidades distintas: Serra Leoa, Reino de Benin e Lagos (Porto Novo) – sendo que, posteriormente, por análises estilísticas, a última localidade foi descartada (FAGG, 1959). A designação “marfins afro-portugueses” deve-se, essencialmente a quatro fatores: 1) foram produzidos por artistas africanos; 2) os motivos das decorações presentes nestes objetos são derivados de fontes europeias; 3) os objetos são tipicamente europeus; 4) os historiadores atuais acreditam que estes objetos foram feitos sob encomenda para colecionadores europeus.

Nas sociedades africanas, o marfim foi utilizado para fins diferentes, tais como instrumentos musicais (trombetas e buzinas) e adornos para o corpo (colares e braceletes), cadeiras de marfim (conforme testemunhos viram o rei do Congo assentado). No século XIX, houve maior variedade de tipos de peças fabricadas em marfim.

Na exposição *Kongo: power and Majesty*, realizada em 2015, no Metropolitan Museum of Art of New York, havia vários objetos em marfim, tais como olifantes, cabos de faca, tampas de garrafas e cabos de bastões, todos em forma de figuras femininas ajoelhadas ou figuras sentadas. Pesquisas recentes também tem se dedicado aos estudos dos marfins fabricados pelos africanos para usos locais e cotidianos, embora muitas delas ainda o façam sob o viés da análise artística e estilística. Exemplo disso é o livro de Kate Ezra (EZRA, 1984) e os catálogos das exposições sobre o antigo Reino do Benin, que, em geral dão ênfase aos objetos de marfim utilizados pela realeza e aqueles de uso cerimonial (PLAKENSTEINER, 2008). Deve-se destacar também os catálogos sobre arte do Congo que apresentam excelentes análises sobre os “marfins africanos” (FALGAYRETTES-LEVEAU, 2012).

A identificação da origem do marfim é complexa e envolve uma série de fatores desenvolvidos por especialistas e técnicos, que podem determinar, entre outras características, uma provável proveniência. De todo modo, a análise estilística é a técnica mais utilizadas para identificação da origem da produção dos objetos. Este método é criticado porque, em geral, as interpretações dos traços estilísticos são superficiais e não consideram o contexto e o local de produção, tampouco avançam em relação aos artistas que lavraram as peças.

Diante da existência de uma produção local de peças de marfim, em terras africanas, para diversos usos, seria correto mencionar somente uma produção “afro-portuguesa” dessas peças? De fato, sabe-se que havia encomendas de portugueses para as peças de marfim em África, que eram revertidas para Europa e utilizadas como objetos de luxo e exóticos. Contudo, o uso dos objetos em marfim pelos africanos, dotados de significados próprios, abre precedentes para se pensar numa dinâmica peculiar e pouco estudada sobre os usos dos objetos de marfim, numa perspectiva “atlântica” – que considera a movimentação de sujeitos, materiais e ideias. E, especialmente, devolve aos produtores africanos dessas peças, o devido protagonismo.

O conceito de “marfim africano” defendido/desenvolvido por Vanicléia Silva Santos se opõe ao conceito de marfim afro-português. Para a autora, tanto o marfim lavrado pelos africanos para atender a demanda e ao uso local, assim como os objetos esculpidos para uma demanda externa devem ser conceituados como “marfins africanos”, justamente porque eram feito por artistas africanos, a partir de um material local, com referências iconográficas locais, muitas vezes, haja vista a presença de animais como jacarés nessas peças – e mesmo quando europeus e imagens da cultura europeia estavam representados, tratava-se de um estilo independente/autônomo dos africanos.<sup>6</sup>

Com relação à produção das peças em marfim existe um debate profícuo entre historiadores da arte, de diferentes nacionalidades, que discutem sobre dois aspectos: estilos e formas de produção de tais objetos e os possíveis centros de produção das peças, em diferentes espaços do Atlântico Português.

As poucas produções analíticas das peças de marfim encontradas em diferentes coleções brasileiras creditam à Índia Portuguesa a origem das peças. Curioso notar que a historiografia, até o presente momento, avaliou o porto de Salvador como principal receptor de objetos em marfim e que estes seriam em sua totalidade de procedência indiana. Em 1993, ocorreu a primeira exposição no Brasil composta inteiramente de peças em marfim. “A Arte do Marfim” foi exposta no Centro Cultural Banco do Brasil, no Rio de Janeiro, sob a curadoria de Lucila Moraes Santos (SANTOS, 1993). Quase uma década depois, em 2002, Lucila Santos realizou outra, que resultou em mais um catálogo: *A sagração do Marfim*. Ambas as exposições utilizaram peças da Coleção Souza Lima, a maior e mais importante do

---

<sup>6</sup> Artigo sobre os marfins africanos em desenvolvimento pela pesquisadora Vanicléia Silva Santos, no prelo.

Brasil. Esta coleção possui 572 peças reunidas e colecionadas, por José Luiz de Souza Lima entre os anos de 1919 e 1930<sup>7</sup>. Em 1940 foi integrada ao Acervo do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro (SANTOS, 2012). Ambos os catálogos ressaltam a proveniência indiana das peças. Esta afirmação é baseada principalmente em análise dos estilos das mesmas, como os traços do rosto dos santos, as cabeleiras, as orelhas descobertas, as vestes e pedestais.

Outro acervo de marfins importante é a coleção Orlando de Castro Lima, exibida no Museu de Arte Sacra da Bahia. No ano de 1987 foi publicado o catálogo sobre essa coleção, denominado MAS/UFBA - *O Museu de Arte-Sacra da Bahia* (MAIA, 1987). Nesse catálogo, há 14 objetos sacros em marfim, com predominância de crucifixos e de imagens de Santas (maioria de Nossa Senhora da Conceição). Pedro Maia, o autor das análises dos objetos, atribui origem indiana à maioria das peças, em razão da “fisionomia indianizada”, mas sem maiores detalhes do que seriam estas características. Jorge Lúzio, em sua dissertação aprofundou a análise estilística das imagens de Nossa Senhora da Conceição, destacando a posição das mãos das santas que são gestos da religião hindu de saudação/prece (mão unidas para cima na altura do peito) e entrega a um deus de hierarquia superior (braços cruzados e mãos junto ao peito) (LÚZIO, 2011, P. 75).

Para França, Barboza e Quites (s/d, p. 2643-2644), ainda no século XVI, embarcações saídas da Índia portuguesa, com destino à metrópole, chegavam ao porto de São Salvador, na Bahia – por suspeita de naufrágio ou sob o pretexto de erro de rota. Nesse desvio de percurso, objetos de origem indiana eram deixados em solo baiano, e entre esses se destacavam as pequenas esculturas de marfim. A Bahia foi sede do Governo Geral e estabelecia comércio com outros portos do Império Português, em razão de sua conexão marítima com as Índias (LAPA, 2000). Nesse ínterim, a circulação de sujeitos e objetos era recorrente, haja vista, por exemplo, a presença de vários comerciantes baianos em Goa para negociar tabaco e o trânsito estabelecido pelos missionários.

Jorge Lúzio é autor de um dos principais trabalhos sobre a circulação do marfim de origem indiana na colônia brasileira. O autor pesquisou sobre a coleção presente no Museu de Arte Sacra da Bahia, com ênfase na iconografia e notou que na confecção das peças, os artistas indianos fizeram uma justaposição de símbolos das religiões cristã e hindu, com

---

<sup>7</sup> Informações disponíveis em: < <http://www.museuhistoriconacional.com.br/mh-g-4.htm> > Acesso em 25/01/16.



destaque para as posições das pernas, mãos e braços dos santos e a inserção de animais, árvores e objetos antropomorfos em seu conjunto (LÚZIO, 2011, P. 75). Tais peças materializaram a amálgama de culturas que formavam o império português, impregnadas de significados múltiplos.

Faz-se necessário ressaltar que tais estudos, consideram a procedência indiana das peças a partir de uma série de características estilísticas dos objetos – em especial da imaginária religiosa. Assim, tais objetos são nomeados de marfim indianos por terem sido, possivelmente, lavrados em solo indiano. Percebe-se, portanto, que não há uma preocupação em se relatar qual era a origem do marfim que compunha tais peças, considerando-se somente o local em que aquele material foi esculpido/trabalhado.

Embora a circulação dos objetos fabricados em marfim de elefantes de origem africana seja uma importante vertente analítica deste estudo e sobre a qual parece haver um maior número de pesquisas, ressalta-se que o objeto primeiro desta investigação é o comércio das presas de marfim, ainda em estado bruto e para as quais se adota a designação de “marfim africano”. Assim, neste estudo, o termo marfim africano ou chamado de origem/procedência africana, sempre será utilizado para fazer referência ao local de origem desse material. Ou seja, referenciará o local do qual esse material foi originado, em estado ainda bruto, no formato de “presas e pontas”, como designam as fontes e não no formato de objetos. A preocupação com a nomenclatura sobre os objetos lavrados em marfim, que também circularam por esses espaços atlânticos, não é uma premissa deste estudo, embora seja significativa para a compreensão da temática de um modo geral.

### **3. O MARFIM ENTRE ANGOLA, BRASIL E PORTUGAL**

A elucidação dos aspectos sobre o comércio do marfim africano, entre 1715 até o ano de 1834, é a problemática inicial desta investigação, pois a partir deste marco temporal, pretende-se evidenciar a dinâmica da recepção do marfim africano em terras brasileiras e lusas. A tese central desta pesquisa defende a teoria de que o marfim africano chegou ao Brasil, especialmente em estado bruto, por meio do comércio transatlântico e, em muitos casos, permaneceu na colônia, tendo sido comercializado e apreciado pela população de diferentes regiões brasileiras. Para tal baseia-se em algumas evidências documentais sobre a

circulação do marfim de origem africana no Brasil, em especial sobre os registros comerciais de larga escala desse material, saído de Angola, com destino ao Brasil e posteriormente, saído do Brasil com destino a Portugal.

Há registros históricos expressivos que confirmam a existência de um comércio de presas de marfim envolvendo o Brasil, Portugal e Angola, ainda em começos do século XVIII. A originalidade dessa proposta de pesquisa concentra-se em revelar os aspectos mais aprofundados sobre a circulação de marfim africano por três espaços do mundo atlântico: Angola, Brasil e Portugal, que envolve diretamente: 1) Angola, na África – nomeadamente os portos de Luanda e Benguela – como principais portos de escoamento das presas de marfim de elefantes, na África Central; 2) Brasil, na América Portuguesa e os principais portos de recepção de marfim vindos de Luanda – em especial, Salvador, Pernambuco e Rio de Janeiro; 3) Lisboa, em Portugal, como principal local de desembarque de marfins vindos do Brasil. Estes locais compuseram boa parte das rotas trilhadas pelos marfins africanos e fornecem-nos um vislumbre sobre a dinâmica de escoamento e recepção dos marfins africanos, paralelamente à circulação de outros materiais e mercadorias.

Relatos de correspondências trocadas entre funcionários da coroa portuguesa na América e na África atestam a vitalidade do comércio do marfim nesse circuito. Em 1725, por exemplo, Francisco Pereira da Costa, provedor da Fazenda Real em São Paulo da Assunção de Luanda, remetia ao rei português o arrolamento das pontas de marfim e das embarcações que saíam de Angola com destino ao Brasil.<sup>8</sup> Em 1729, o contratador dos contratos de Angola, Vasco Lourenço Veloso escrevia ao rei D. João V solicitando autorização para que sua embarcação fosse negociar no porto de Benguela e dali partisse em direção ao Rio de Janeiro ou à Bahia e que pudesse permanecer no porto de Benguela o tempo necessário para negociar marfim e escravos.<sup>9</sup>

Entre os anos de 1725 e 1733 saiu de Nossa Senhora de Assunção de Luanda, com destino ao Brasil – em especial para os portos do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco – um total, documentado de 3.358 pontas de marfim, totalizando aproximadamente, 48 toneladas e meia deste material, numa média de entrada no Brasil, de 5 toneladas por ano.<sup>10</sup> A constatação

<sup>8</sup>Arquivo Histórico Ultramarino (doravante citado apenas como AHU). Série Angola, Caixa 22, documentos 56 e 55. AHU\_CU\_001, Cx. 23, D. 2368.

<sup>9</sup>AHU. Série Angola, Caixa 24, documento 74; Caixa 179, documento 64. AHU\_CU\_001, Cx. 26, D. 2618.

<sup>10</sup> Documentos pertencentes ao AHU.

sobre a chegada de marfim, em estado bruto, no Brasil, suscita outras questões: o marfim africano que aqui chegava permanecia em terras brasileiras ou era remetido a outros portos do “mundo português”? Haveria uma produção local de peças em marfim no Brasil?

Por mar e por terra, o certo é que o marfim circulou para o mais interior dos territórios desse mundo português, haja vista os registros da presença de tal material em artefatos possuídos pela população de Minas Gerais. A abertura de caminhos, por onde pudesse fluir toda a produção aurífera e diamantífera vinda do interior das Minas Gerais, possibilitou a ligação das regiões interioranas com o litoral do Rio de Janeiro. Como uma via de mão dupla, esses caminhos permitiram também, a entrada para o interior dos territórios de produtos e objetos vindos de diferentes lugares do mundo português. Em análise sobre o comércio e as fronteiras do estado de Minas Gerais, ao longo do século XVIII, Renato Pinto Venâncio (2001, p. 181) destacou a existência de diferentes tipos de atividades mercantis na região, que possibilitavam a circulação de mercadorias de origens diversas pelo interior do território.

O marfim esteve presente na colônia brasileira sob variadas formas. Pouco se sabe, contudo, sobre o uso do marfim pela população de origem africana, no Brasil colonial. Áurea da Conceição Pereira Tavares, em estudo sobre os sepultamentos na área da antiga Igreja da Sé de Salvador, na Bahia, relata a recorrência de contas de colares, feitas em marfim encontradas junto às ossadas humanas – o que a levou a cogitar que estes fossem objetos ligados à cultura religiosa de origem africana (TAVARES, 2006, p. 15). Sheila de Castro Faria (2007, p. 101-134) e Simone Trindade (2006, p. 65) afirmam em seus trabalhos a recorrência do uso das figas de marfim<sup>11</sup>, em pencas de balangandãs usadas por muitas mulheres africanas no Brasil colonial. Presente na constituição de joias, o marfim adornou mulheres alforriadas - como foi o caso do par de brincos que Caetana Maria dos Santos – moradora do arraial de Antônio Dias, em Vila Rica - possuía: “um par de brincos com seus olhos feitos de marfim [Angola?] que pesam três quartos e quatro vinténs com seus olhos de mosquito, que foram vistos e avaliados pelos ditos louvados na quantia de um mil e quinhentos réis.”<sup>12</sup>

<sup>11</sup> O Museu Carlos Costa Pinto, situado em Salvador, na Bahia, possui 27 pencas de balangandãs em prata, que datam dos séculos XVIII e XIX, e que é, segundo pesquisa de Simone Trindade V. da Silva, o maior conjunto existente em museus.

<sup>12</sup> Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência (Casa do Pilar). Inventário *post-mortem* de Caetana Maria dos Santos. 1787. 2º Ofício. Códice 47, auto 518.

O uso do marfim, na América Portuguesa, para fins medicinais foi apontado por Márcio Pereira Mota (MOTA, 2016, p. 9), o autor conclui que o marfim foi um elemento praticamente onipresente nas boticas. Maria Leônia Chaves de Rezende e Natália Cristina Silveira (2006, p. 12) também encontram espátulas de marfim entre os utensílios utilizados para manipulação e conservação de medicamentos, na Santa Casa da Misericórdia de São João Del Rei, em Minas Gerais, durante a primeira metade do século XIX.

A circulação de marfim em ampla medida no Brasil, já no século XIX, é também apontada por dois documentos. O primeiro, um requerimento de 1834, encaminhado ao Ministério do Império, no qual o negociante Adão de Oliveira de Carvalho solicita garantias para a instalação de uma fábrica de pentes de marfim, tartaruga e chifre, no Brasil.<sup>13</sup> O segundo documento é uma representação<sup>14</sup> elaborada pelo advogado Francisco de Carvalho Figueira de Mello, na qual solicitou a proteção do Estado para instalar, na província do Pará, estabelecimentos destinados à manufatura do marfim animal e vegetal. Importante destacar que a pesquisa de Iaci Iara Cordovil de Melo (2011, p. 201), tratou dos inventários das igrejas jesuítas no Pará, para os séculos XVII e XVIII e encontrou naquela localidade marfim, no formato de peças e presas. Há também a menção a um índio escultor, que teria sido escravo daqueles padres – o que sugere uma produção local das peças.

Por outro lado, é também preciso considerar o envio do marfim, em estado bruto, dos portos brasileiros, para Lisboa – um circuito comercial que também impressiona pela quantidade de marfim que movimentava. Para se ter uma ideia da dimensão deste comércio, entre os anos de 1718 e 1755, saíram do Rio de Janeiro, com destino a Lisboa, vários navios transportando marfins e outras mercadorias. A quantidade de marfim mensurável nesta documentação gira em torno de 16 toneladas de marfim, mais 2.650 pontas de marfim cujo peso não foi registrado e mais referências a esse material sem qualquer outra informação sobre sua quantidade.<sup>15</sup>

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

<sup>13</sup> FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Catálogos online Biblioteca Nacional. Referência: 03, 02, 005 nº 318.

<sup>14</sup> FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Catálogos online Biblioteca Nacional. Localização I-29, 33, 054. Para a elaboração desta proposta de pesquisa, consultou-se o resumo do documento, assim não foi possível precisar a data de elaboração do documento. Já foi solicitada à Fundação uma reprodução desse documento.

<sup>15</sup> Gazeta de Lisboa, 1718 – 1755.

Fruto de uma pesquisa em seus passos iniciais, essa breve exposição buscou apontar os caminhos para a pesquisa sobre a circulação de marfins de origem africana no Brasil e especialmente, ressaltar a existência de uma lacuna de estudos nessa perspectiva.

A circulação do marfim por diferentes continentes, incluindo África, Europa e América, revela experiências distintas, que não se resumem a uma cultural local ou Atlântica, em torno do uso do marfim. Há muito para se investigar no tocante à circulação desse material pelo Brasil setecentista e oitocentista. Indícios sobre a procedência desse material, bem como os significados e valores que assumiu nos diferentes formatos e funções em que foi empregado, ainda não foram totalmente desvendados pela historiografia. A relação estabelecida entre os portos da região de Angola, Brasil e Portugal no comércio e transporte de marfins também se constitui em uma frente de investigação.

Frente à complexidade e a variedade de pontos de vista, fontes históricas, usos, circulação e valores dos marfins, acredita-se na possibilidade da construção de uma História em perspectiva atlântica, que “não possui um consenso canônico ou segue a um método e práticas comuns” (ARMITAGE, 2012, p. 215), mas que se constitui num campo emergente à medida que impulsiona historiadores a horizontes mais amplos.

## 5. REFERÊNCIAS:

AFONSO, Luís U. & HORTA, José da S. Olifantes afro-portugueses com cenas de caça/C. 1490- C.1540. In: ARTIS – *Revista de História da Arte e Ciências do Patrimônio*. Número 01, 2013. Disponível em: <[http://luisurbanoafonso.weebly.com/uploads/2/6/8/6/26862325/pdf\\_artigo.pdf](http://luisurbanoafonso.weebly.com/uploads/2/6/8/6/26862325/pdf_artigo.pdf)>. Acesso em 17/07/2015.

AFONSO, L. U.; ALMEIDA, C. Os marfins do Gana e os problemas da geografia dos marfins africanos e euro-africanos esculpidos entre os séculos XV e XVII. In: *Caderno de resumos do Colóquio Marfim Africano: comércio e objectos, sécs. XVI-XVIII*, Lisboa, 2017.

ALENCASTRO, L. F. de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico sul – séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ARMITAGE, David. Três conceitos de História Atlântica. Traduzido por Juliana Jardim de Oliveira. *Revista de História da Unisinos*. Vol.18, nº2, maio/agosto de 2014. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/viewFile/7035/4260>. Acesso em: 24/08/2015.

BASSANI, Ezio and FAGG, William B. *Africa and the Renaissance: Art in Ivory*. New York: The Center for African Art and Prestel-Verlag, 1988.



EZRA, K. *African Ivories*. Metropolitan Museum of Art: New York, 1984.

FAGG, W. B. *Afro-Portuguese Ivories*. London: Batchworth Press, 1959.

FALGAYRETTES-LEVEAU, C. *Initiés: Bassin du Congo*. Paris, Musée Dapper, 2014;  
FELIX, Marc Leo. *White gold, black hands*. Ivory sculpture in Congo. Qiqihar, Heilungkiang, China : Gemini Sun, 2012 (5 volumes).

FERNANDES, V. *Códice Valentim Fernandes*. (Leitura Paleográfica, notas e índices de José Pereira da Costa). Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1997.

FERREIRA, R. *Biografia como história social: o clã Ferreira Gomes e os mundos da escravização no Atlântico Sul*. *Varia História*. [online]. 2013, vol.29, n.51.

FRANÇA, Conceição L.; BARBOZA, Kleumanery de M.; QUITES, Maria Regina E. . *Estudo da tecnologia construtiva das esculturas em marfim*. In; 19º Encontro da Associação Nacional de pesquisadores em artes plásticas. "Entre territórios" - 20 a 25/09/2010 - Cachoeira, Bahia, Brasil. P. 2639 a 2653. Disponível em:< [http://www.anpap.org.br/anais/2010/pdf/cpcr/conceicao\\_linda\\_de\\_franca\\_2.pdf](http://www.anpap.org.br/anais/2010/pdf/cpcr/conceicao_linda_de_franca_2.pdf)>. Acesso em 02/02/2015.

LAPA, José R. do A. *A Bahia e a Carreira da Índia*. São Paulo: Hucitec, 2000.

LUÍS, João Baptista Gime. *O comércio do marfim e o poder nos territórios do Kongo, Kakongo, Ngoyo e Loango: 1796-1825*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa, 2016.

LÚZIO, Jorge M. S. *Sagrado marfim - O Império português na Índia e as relações intracoloniais Goa e Bahia, século XVII: iconografias, interfaces e circulações*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011.

MAIA, P. M. *O Museu de Arte-Sacra*. Universidade Federal da Bahia. São Paulo: Banco Safra, 1987.

MARTINEZ, Eugenia S. *Crossing-cultures: Afro Portuguese ivories of the fifteenth and sixteenth century Sierra Leone [S.L]: [S.N]*, 2007. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade da Flórida.

MELO, Iaci I. C. de. *As imagens jesuítas nos séculos XVII e XVIII no Pará*. Dissertação (Mestrado em Artes). Universidade Federal de Minas Gerais. 2011.

MILLET, N. *An analysis of the role of the study of the African Diaspora within the field of the Atlantic History*. *African and Black diaspora*, Chicago, n.1, 2011, p.21-34.

MOTA, Márcio Pereira. *Marfim e medicina na modernidade portuguesa: aportes pontuais*. No prelo: 2016. Texto gentilmente cedido pelo autor.

MONUMENTA MISSIONÁRIA AFRICANA. África Ocidental (1643-1646). Agência Geral do Ultramar, Vol. 1 - 01.009, 1960.

OGUNDIRAN, Akinwumi. *Of Small Things Remembered: Beads, Cowries, and Cultural Translations of the Atlantic Experience in Yorubaland*. The International Journal of African Historical Studies, Vol. 35, No. 2/3 (2002). Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3097620>. Acesso em 25/05/2017.

PLAKENSTEINER, B. *Benin, cinq siècle d'art royal*. Musee du Quai Brainly: Paris, 2008.

RESENDE, Maria L. C. e SILVEIRA, Natália C. *Misericórdias da Santa Casa: um estudo de caso da prática médica nas Minas Gerais oitocentista*. Revista de História Unisinos nº 10. p. 5-13, janeiro/abril de 2006.

RIBEIRO, A. V. Para além do 'comércio de almas': a pauta de exportação angolana para o Brasil, séculos XVIII e XIX. Apontamentos preliminares. In: XVI *Encontro Regional de História da Anpuh-RJ: Saberes e Práticas Científicas*, 2014, Rio de Janeiro. Anais XVI Encontro Regional de História da Anpuh-RJ: Saberes e Práticas Científicas, 2014.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Um mundo em movimento*. Difel, Porto, 2006.

SANTOS, Eduardo. *Angolana (Documentação sobre Angola)*. Instituto de Investigação Científica e Tropical. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga. Lisboa, 1995.

SILVA, Antonio Delgado da. Coleção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das ordenações(1775-1790). Tomo III. Lisboa: Tipografia Maignense, 1828.

SANTOS, L. M. *A arte do marfim: do sagrado e da história na Coleção Souza Lima do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: CCBB, 1993.

\_\_\_\_\_. M. *A sagração do Marfim*. Coleção do Museu Histórico Nacional-IPHAN/RJ. Catálogo da Exposição na Pinacoteca do Estado de São Paulo. São Paulo, 2002.

SILVA, João de Mattos e, *Contribuição para o estudo da região de Cabinda*, Lisboa: Typographia Universal, 1904.

SILVA, S. T. V. da. *Penca de Balangandãs*. In: Cadernos do MAV- EBA-UFBA. Ano 3, Número 3; 2006.

TAVARES, Áurea da Conceição Pereira. *Vestígios materiais nos enterramentos na antiga Sé de Salvador: postura das instituições religiosas africanas frente à igreja católica em Salvador, no período escravista*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2006.

THOMPSON, Estevam C. *O Atlântico Sul para além da miragem de um espaço homogêneo (séculos XV-XIX)*. In: Temporalidades; Vol. 4, n. 2, Ago/Dez 2012.



THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico (1400-1800)*. Trad. Marisa Rocha Mota. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

VANSINA, Jan, A África equatorial e Angola: as migrações e o surgimento dos primeiros Estados. In: NIANE, Djibril Tamsir, *História geral da África IV: África do século XII ao XVI*, Brasília: Ed. UNESCO/Ministério da Educação Brasil, 2010.

WONDJI, C. Os estados e as culturas da Costa da Alta Guiné. In: OGOT, B. A. *História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII*. Brasília: UNESCO/Ministério da Educação Brasil, 2010.